

Relatório de Audição

[realizada nos termos do n.º 1 do Artigo 21.º da Lei n.º 45/2007, de 24 de agosto]

PETIÇÃO N.º 384/XII/3.ª

Contra o Encerramento dos Serviços de Finanças.

Dia: 12 de junho de 2014

1.º Peticionário: Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos

Recebidos por: Deputado Cristóvão Crespo (PSD) – Relator da petição.

Deputado Pedro Roque (PSD);

Deputado Pedro Filipe Soares (BE).

Síntese dos Temas Abordados:

O Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD), relator da Petição, deu as boas-vindas aos representantes dos subscritores da Petição em apreciação, apresentou os Senhores Deputados presentes e deu conta do modo de condução dos trabalhos, após o que deu a palavra aos Peticionários para uma intervenção.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos (STI) efetuou uma alocução inicial, subscrevendo o objetivo da Petição e recordando as metas estabelecidas, nesta matéria, no Memorando de Entendimento assinado, e em sede das suas sucessivas revisões. Adicionalmente, deu conta das diligências do STI em matéria de elaboração do mapa dos serviços encerráveis e da conclusão, após um grande debate, que é impossível encerrar serviços públicos deste modo, considerando ainda que tal coloca em causa os próprios municípios, promovendo a sua extinção. Por fim, quanto aos Decretos-Lei n.ºs [73/2014](#) e [74/2014](#), de 13 de maio, defenderam que a digitalização dos serviços públicos não é possível no momento presente, nomeadamente atenta a frequente inoperabilidade dos serviços, considerando que deveria existir, desde logo, uma forte aposta em plataformas informáticas.

Em sede de debate, começou por usar da palavra o Senhor Deputado Pedro Roque (PSD), que saudou a iniciativa e recordou o enquadramento da petição num processo que envolve autarcas e populações pela manutenção da presença do Estado nas suas localidades. Recordou, de seguida, o recente anúncio do Governo de um programa de reorganização de serviços da Administração Pública e a garantia de não encerramento de serviços de finanças, o que não implica a imutabilidade dos serviços, que deverão acompanhar a evolução dos tempos, nomeadamente em termos de modernização e de inspeção preventiva, considerando que deverá haver um envolvimento dos representantes dos trabalhadores.

Interveio, de seguida, o Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE), que deu conta do acompanhamento do BE sobre esta matéria, nomeadamente através da apresentação de um [Projeto de Resolução](#), defendendo ser essencial o acesso aos serviços com qualidade. Sobre a evolução tecnológica, recordou a importância de assegurar o acesso aos serviços de cidadãos info-excluídos, e recordou os custos para as empresas resultantes do encerramento de serviços públicos em diversas localidades.

O Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD), relator, saudou os peticionários, sublinhando a sensibilidade e importância da questão, que atravessa o território do país, colocando questões sobre a elaboração do citado mapa.

Os peticionários usaram da palavra para responderem às questões colocadas, recordando que o programa apresentado pelo Governo não refere serviços de finanças, reiterando as dificuldades de operabilidade dos sistemas informáticos num contexto de promoção de desmaterialização de serviços e considerando que a inexistência da Autoridade Tributária nos territórios aumenta o risco de economia paralela. Prestou, ainda, informações sobre os despachos referentes ao mapa referido anteriormente.

O Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) agradeceu os esclarecimentos e informações adicionais prestados pelos subscritores da Petição, dando nota que seria solicitada a pronúncia do Governo sobre o teor da petição, após o que encerrou a audição e deu por concluídos os trabalhos, agradecendo aos peticionários e aos Senhores Deputados a sua presença.



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Diversas informações sobre a audição podem ser encontradas na [página internet](#) da Comissão.

Palácio de São Bento, em 12 de junho de 2014

O Deputado Relator

Cristóvão Crespo